

A GUERRA DAS NARRATIVAS: AS HISTORIOGRAFIAS TRADICIONAL E REVISIONISTA SOBRE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

LA GUERRA DE LAS NARRATIVAS: LAS HISTORIOGRAFÍAS TRADICIONAL Y REVISIONISTA SOBRE LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA CONTRA PARAGUAY

Recebido em: 21/08/2023

Aceito em: 19/12/2023

Jeremyas Machado Silva¹ 

Faculdades Integradas Machado de Assis

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar de forma sintética as historiografias tradicional e revisionista sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Ademais, apresentam-se exemplos das correntes historiográficas, principalmente no Brasil e Paraguai. A metodologia é de natureza teórica e bibliográfica. O ofício do historiador requer uma análise das narrativas sobre os fatos as quais denominam-se historiografias. Estas também devem ser examinadas considerando o contexto histórico em que foram produzidas, porquanto, os fenômenos políticos, econômicos e sociais influenciam a interpretação e a escrita da História. Assim, o historiador trabalha com a investigação dos fatos e com a investigação das narrativas a respeito dos fatos, pois precisa lidar com a teoria da História.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai; Historiografia Tradicional; Historiografia Revisionista; Narrativa.

Resumen: Este texto tiene como objetivo presentar de manera sintética las historiografías tradicionales y revisionistas sobre la guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay (1864-1870). Además, se presentan ejemplos de corrientes historiográficas, principalmente en Brasil y Paraguay. La metodología es de carácter teórico y bibliográfico. El trabajo del historiador requiere un análisis de narrativas sobre hechos, que se denominan historiografías. Estos también deben ser examinados considerando el contexto histórico en el que fueron producidos, ya que los fenómenos políticos, económicos y sociales influyen en la interpretación y escritura de la Historia. Así, el historiador trabaja con la investigación de hechos y con la investigación de narrativas sobre los hechos, ya que necesita abordar la teoría de la Historia.

Palabras-chaves: Guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay; Historiografía Tradicional; historiografía revisionista; Narrativa.

¹ Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Área de concentração: História, Região e Fronteiras. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas com dissertação em Arqueologia. Graduado em História Licenciatura Plena pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é professor formador na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/UAB) onde atua no curso de História; Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA) onde atua nos cursos de Administração, Direito, Enfermagem e Psicologia; e Rede Salesiana Brasil de Escolas (RSB). Pesquisador no Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/DGP/CNPq). Membro do corpo editorial da Revista Eletrônica de Iniciação Científica dos cursos de Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA) entre 2016 e 2019. Editor Chefe da Revista de Estudos Interdisciplinares (CEEINTER). Possui interesse em pesquisas sobre História da América Latina, História da região do Prata, História do Brasil Império, Estudos Culturais e Arqueologia. E-mail: jeremyassilva@unipampa.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo apresentar de forma sintética as historiografias tradicional e revisionista sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Ademais, apresentam-se exemplos das correntes historiográficas, principalmente no Brasil e Paraguai. O ofício do historiador requer uma análise das narrativas sobre os fatos as quais denominam-se historiografias. Estas também devem ser examinadas considerando o contexto histórico em que foram produzidas, porquanto, os fenômenos políticos, econômicos e sociais influenciam a interpretação e a escrita da História. Assim, o historiador trabalha com a investigação dos fatos e com a investigação das narrativas a respeito dos fatos, pois precisa lidar com a teoria da História.

A HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

A historiografia tradicional brasileira sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai caracterizou-se por legitimar as deliberações imperialistas do Brasil e de seus aliados na fronteira platina em razão de um hipotético progresso civilizatório e em oposição à suposta barbárie exercida na região por autocratas e caudilhos. Ponderando sobre a referida guerra, as publicações que se enquadram nesta historiografia “trataram-se, sobretudo das narrativas *fáticas* sobre o heroísmo e a abnegação das forças armadas imperiais em defesa do Brasil e da ‘civilização’, agredidos pela ‘barbárie’ corporificada no ditador paraguaio Francisco Solano López responsabilizado exclusivamente pelo confronto” (Maestri, 2013, p. 234). Entretanto, cabe destacar que o Brasil, mesmo sendo um Estado-nação “civilizado”, realizava a manutenção do escravismo em seu regime monárquico e, ainda assim, buscava “libertar” o Paraguai do atraso e da incivilidade. É fato que no Paraguai não existia oposição a López, mas, no Brasil transcorria ausência de oposição institucional e enorme apoio dos partidos Liberal e Conservador às deliberações políticas de D. Pedro II.

A historiografia tradicional brasileira sobre a guerra estreou ainda sobre a égide do Segundo Reinado² e teve continuação durante a Primeira República³. No Paraguai, as memórias de Juan Crisóstomo Centurión e Gregorio Benítez, ajustaram-se as produções argentinas e brasileiras do mesmo período e todas conferiram a Francisco Solano López uma culpabilidade sobre a guerra (Alcalá, 2016). Esta foi uma das principais características da

² 1840 – 1889.

³ 1889 – 1930.

historiografia tradicional sobre o evento.

Também incluídos às narrativas produzidas durante o segundo reinado, se encontram as correspondências e os diários, que configuram-se em registros pessoais sobre os fatos, até mesmo os cotidianos, e manifestos particulares a respeito da política e da campanha militar durante a guerra. Como exemplo, apresenta-se o diário de campanha de Gastão de Orléans⁴³, o Conde d'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai entre 1869 e 1870. “Era um homem afeito ao calor da hora. Ou seja, as memórias do Conde d'Eu sobre a Guerra do Paraguai não são uma retrospectiva refletida de sua atuação militar. O leitor de hoje, graças às descrições do conde, sente o cheiro dos acampamentos e o frio das manhãs” (Soares, 2017, p. 15).

Ainda no diário do Conde, comentários sátiros que ridicularizam eventos políticos e coloquiais como o relato da celebração dos casamentos de nove soldados em Vila de Rosário, uma comunidade portuária próxima da cidade de Assunção e localizada às margens do rio Paraguai. De acordo com o Conde, neste episódio de 1º de fevereiro de 1870, “a igreja transbordava de gente, e a cerimônia foi muito divertida: em primeiro lugar, devido à feiura grotesca de todas as noivas e, em segundo, às dissertações de Frei Fidélis, quase tão grotescas quanto” (Diário do Conde d'Eu, 1º de fevereiro de 1870). O diário escrito entre março de 1869 e abril de 1870 expõe a visão de um nobre que pouco antes da guerra vivia na Europa e com o enlace matrimonial com a Princesa Isabel, passou a fazer parte do projeto do terceiro reinado do Império do Brasil. Do mesmo modo, esta aliança e a presença do Conde no Paraguai refletiram largamente na política do Império.

Secundava-a suposta intenção do Conde d'Eu de promover reformas com vistas a libertar os escravos brasileiros. A chegada do príncipe Luís Felipe, Conde de Paris, ao Paraguai em março de 1870 somente reforçou a certeza dos liberais. Primo de Gastão e primeiro na linha de sucessão orleanista na França, Felipe atracou em Assunção depois de combater os Estados escravocratas na Guerra de Secessão americana (1861-1865) junto às tropas de Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos durante o conflito. Felipe era ferrenho abolicionista (Soares, 2017, p. 43).

O matrimônio entre a Princesa Isabel herdeira do trono do Brasil e o Conde d'Eu, filho do Duque de Nemours, e neto do rei Luis Felipe “o rei burguês”, ocorreu às vésperas da guerra

⁴ Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, em francês: *Louis Philippe Marie Ferdinand Gaston d'Orléans*.

contra o Paraguai. Casaram-se no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1864 acatando, portanto, aos interesses políticos de D. Pedro II. Um cerimonial luxuoso atendendo aos padrões de uma corte, mas também, como os casamentos reais, um ato político ligado à popularidade da família real brasileira. Sob as ordens do Imperador, o Ministro da Secretaria dos Negócios do Império expediu uma carta ao naturalista Francisco Freyre Allemão e Cysneiro, em 11 de outubro de 1864, convidando-o a se fazer presente no casamento real. Segundo o manuscrito transcrito abaixo:

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio communica o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão que sua Majestade O Imperador Ha por bem que S. S^a acompanhe, em grande gala no prestito que no dia 15 do corrente mez pelas 10 horas da manhã, tem de seguir das salas do paço da Cidade a Imperial Capella, onde ha de celebrar-se o acto solemne do feliz consorcio de Sua Alteza Imperial a Senhora Dona Isabel com Sua Alteza Real o Senhor Conde d'Eu; bem como cortejo que depois do mesmo acto deve ter lugar. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 11 de outubro de 1864 (Carta a Francisco Freire Alemão. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1864).

Em 1865, após regressar antecipadamente de sua lua de mel na Europa, o Conde viajou à Uruguaiana⁶ com outro nobre primo, o Duque de Saxe⁷ e o Imperador D. Pedro II. O Duque de Saxe era membro da Casa de Saxe-Coburgo-Gota, uma nobre dinastia católica germânica. O Duque casou-se no ano de 1864 com a Princesa Leopoldina⁸, a filha mais jovem do Imperador Dom Pedro II, que após o matrimônio, tornou-se princesa de Saxe-Coburgo-Gota e duquesa de Saxe, enquanto que o Duque de Saxe tornava-se almirante da Armada Imperial do Brasil. Deste modo, o contexto político transformara-se, pois o Conde d'Eu era Liberal e “[...] no último Império das Américas, a escolha de um genro cuja família tinha uma tradição liberal era uma boa aposta” (Del Priore, 2013, p. 48). Assim sendo, ponderava-se sobre os interesses da casa real, arquetando-se prerrogativas políticas fundamentadas nas ideias liberais do Conde e então consideráveis naquele momento, uma vez que, o liberalismo alargava-se cada vez mais em meio às potências industriais europeias no transcurso da segunda metade do século XIX.

Na França, a formação da Union Libérale, partido de oposição a Napoleão III, havia alcançado notória representação parlamentar em 1863, elegendo ninguém menos do que o liberal orleanista Adolphe Thiers: a própria base partidária da Union Libérale era francamente orleanista. Quando chegou ao Brasil, então, o conde d'Eu havia deixado uma França em transição para um regime menos autoritário e mais liberal, no qual os bonapartistas eram contestados pelos orleanistas. A causa liberal

influenciou o jovem Príncipe Consorte, que no Brasil, passou a advogar projeto de Estado Liberal, sobretudo no que dizia respeito à escravidão (Soares, 2017, p. 25).

Em seu diário de viagem ao Rio Grande do Sul escrito entre agosto e novembro de 1865, Gastão de Orleans discorreu sobre os planos do exército paraguaio em ocupar o Uruguai atravessando o rio Quarai na fronteira com o Brasil. Desse modo, os paraguaios poderiam unir forças ao Partido Blanco ferrenho opositor do governo pró-Brasil instaurado na banda oriental, e assim, negociar um acordo com os aliados. De acordo com os registros, os paraguaios, saindo do seu país, atravessaram, sem disparar um tiro, a província argentina de Corrientes. Em seguida passaram o rio Uruguai na parte superior do seu curso e penetraram na província brasileira do Rio Grande do Sul, apoderando-se de São Borja e Itaqui, estabelecidas à margem esquerda do rio Uruguai. Descendo ao longo desta margem, evidenciaram a intenção de dirigirem-se para o Estado Oriental. De tal modo, aos cinco dias do mês de agosto de 1865, sem encontrarem nenhuma resistência, as tropas paraguaias comandadas por Antônio Estigarribia entraram na cidade de Uruguaiana e levantaram acampamento. Um erro decisivo para o porvir da guerra, uma vez que, em seguida foram cercadas pelas divisões do exército aliado chefiadas por Mitre, Flores e pelo Barão de Porto Alegre, Manuel Marques de Sousa, o futuro Conde de Porto Alegre, liberal e abolicionista.

As disputas políticas colocaram em confronto o comando das forças, pois de acordo com o tratado secreto assinado em Buenos Aires em 1865, no Brasil, o exército imperial seria liderado por um oficial brasileiro, contudo, o comando soberano do exército aliado era exercido por Mitre. Assim, reunidos no cerco à Uruguaiana em 1865 encontravam-se Bartolomé Mitre, presidente da Argentina; e Venancio Flores, presidente do Uruguai. Dentre os líderes brasileiros, achavam-se presentes o Barão de Porto Alegre; o Visconde de Tamandaré; o Conde d'Eu; e o Imperador D. Pedro II; que de maneira discreta, sugeriu a divisão do comando dos exércitos entre os países que formavam a Tríplice Aliança, sendo as forças brasileiras, lideradas pelo Barão de Porto Alegre. Assim, a nobreza não seria liderada pelo presidente de uma República, naquele caso, a Argentina.

Além disso, se dependesse de Flores, Uruguaiana teria sido bombardeada, assim como, ocorreu em Paissandu, no Uruguai. Porém, o parecer foi recusado pelos brasileiros. Há mais de um século e meio, em 18 de setembro de 1865, o tenente-coronel paraguaio Antonio de la Cruz Estigarribia rendeu-se a Tríplice Aliança na cidade de Uruguaiana. Com isso, findava a ofensiva paraguaia nas operações daquela guerra. Ainda que estivesse estado ao lado do

imperador em Uruguiana, Conde d'Eu só lideraria as tropas brasileiras em operação no Paraguai a partir de 1869. Assim, em registro em seu diário, datado de 4 de março de 1870, o príncipe consorte escreveu sobre a notícia da morte de Solano López em Cerro Corá. Nota-se a personalidade com que escreve e as inferências cotidianas em seu texto. Como se estivesse muito mais preocupado com seu entorno social do que com o presumível impacto político ocasionado pela notícia da morte do Mariscal nos rumos dos países envolvidos naqueles sucessos.

[...] Ao cabo de algum tempo, o ajudante de ordens veio e disse: “Está vindo uma dessas chatas que conduzem o gado por conta de Lanús.” Saí em direção ao cais, e vi que era o Davidson. Ele é chamado de chata, porque é um fluvial. Depois de vê-lo passar, entrei tranquilamente na cabine e deitei-me na cama enquanto continuava a ler. Haviam-se passado alguns minutos quando (as cabines ficaram na altura do cais) percebi Fidélis que me chamava por sinais, como para que eu visse uma curiosidade. Desembarquei e, então, de todos os lugares ouvi: “Morreu López!” e outras vociferações trocadas com o Davidson. O esquisito proprietário do vapor disse-me então: “Se a notícia for certa, Vossa Alteza dá licença que se mande tocar o Hino Nacional?” “Pois sim, certamente.” Enfim, fizemos o Davidson deter-se, e o mensageiro dessa notícia desceu do Conde d'Eu. Era um gaúcho de cabelos grisalhos, sujos e sem elegância, de modo que perguntei: “Você é oficial?” “Capitão.” “Que corpo?” “Dezoito.” “Como se chama?” “Pedro José Rodrigues.” “E trás ofício?”

“Trago; para o general Vitorino.” Tomei-o de suas mãos. De fato, era ofício de Câmara para Vitorino escrito a lápis, numa folha de papel aberta. O ofício fora escrito de Aquidabã e datava de 1º de março.

Abordo, fiz a leitura do ofício em voz alta, o que foi tumultuado por vivas e por abraços que me obrigaram a fazer a releitura. O oficial declarou ter deixado o acampamento de López em 1º de março, ao meio-dia. Tinha chegado a Concepción na manhã do dia 4. Contou poucos detalhes positivos, a não ser o fato de que López fora morto com golpes de lança por um cabo de infantaria do 19º [Batalhão] de infantaria chamado Chico Diabo. Escrevi algumas linhas a Vitorino, a Paranhos, ao Imperador e a Isabel. Então, chamei Deschamps, para ordenar a suspensão das compras de cavalos e mulas. Propuseram ir a Assunção para levar a notícia, o que foi aceito, embora haja no Davidson um segundo-tenente de infantaria enviado pelo coronel Antônio Augusto para encontrar-se com Paranhos nesse intuito.

O capitão Pedro Rodrigues continuou conosco até Concepción. Quando o vapor se pôs, novamente, em movimento, os oficiais do Estado-Maior mandaram trazer champanhe e declararam vivas patrióticos com as taças alçadas. Ao cabo de pouco tempo, dirigiram-se ao que trouxe a notícia:

“Viva o senhor capitão! Viva o senhor capitão!” (acho que eles esqueceram o nome de Pedro Rodrigues). “Não, exclamou um outro, —viva o senhor major!”; e todos os outros repetiram: “Viva o senhor major!” Pedro Rodrigues tomou para si a promoção e voltou-se para mim, estendeu-me a mão, desajeitado como todos os gaúchos, e disse como forma de agradecimento:

“Desculpe, Vossa Alteza: a culpa não foi minha.” De bom grado, aceitei o aperto de mãos, mas deixei no ar a promoção surrupiada (Diário do Conde d'Eu, 4 de março de 1870).

Nos seus diários e cartas redigidas no período, o Conde por ser um membro da realeza, produziu uma cômoda, mas, oficial narrativa a respeito da guerra, comum à historiografia

tradicional. Por sua vez, em abril de 1870, o nobre saiu do Paraguai inteiramente isento de culpa, embora, à frente das armas que massacraram o povo paraguaio. Contudo, leia-se nas entrelinhas de seu diário, a quem responsabiliza a incondicional destruição do Paraguai, como em toda a historiografia tradicional.

Foi domingo de páscoa. Era o dia marcado para deixar este pedaço de terra quase virgem chamado República do Paraguai, país no qual a natureza não foi mesquinha. É um país de clima temperado, de belos caudais, de relevo acidentado e moderadamente vasto e de uma raça de homens notavelmente dotados de esforço físico. É um país que, até 1864, ofereceu aos viajantes aspectos graciosos e originais, devido ao isolamento do resto do mundo e a uma existência puramente agrícola, do tipo mais primitivo. Estes cinco anos de guerra sangrenta, inseridos em outros 150 de despotismo mais ou menos teocrático, destruíram tudo e reduziram este país, por enquanto, à maior irrelevância monótona e deplorável (Diário do Conde d'Eu, 17 de abril de 1870).

Depois do exílio português da família real brasileira em detrimento da Proclamação da República em 1889, o Conde d'Eu retornava pela última vez ao Brasil em 1922. O motivo era participar das comemorações do primeiro centenário da independência, contudo, o francês faleceu de causas naturais a bordo do vapor Massilia ainda durante a travessia do Oceano Atlântico. Mais tarde, a historiografia tradicional do período republicano exaltou os feitos militares do Brasil na guerra contra o Paraguai e manteve oposição a respeito do centralismo político-monárquico daquele período. Conforme Maestri: no Brasil imperial, desenvolveu-se uma historiografia de trincheira de cunho memorialista e comumente produzida por ex-combatentes, em seguida, uma historiografia republicana interessada em estabelecer uma narrativa nacional-patriótica sobre o conflito (2013). Apesar disso, “[...] sem variações de conteúdo, a historiografia republicana privilegiou essencialmente narrativa cronológica centrada nas grandes batalhas” (Maestri, 2013, p. 247). E ainda, exaltou os oficiais militares das tropas brasileiras que participaram da guerra da Tríplice Aliança.

A HISTORIOGRAFIA REVISIONISTA

Na historiografia revisionista sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980, estabeleceu-se a opinião que o Império Britânico seria o grande responsável pelo conflito. Nesta guerra de narrativas, o Paraguai teria se tornado uma potência econômica e militar, e a sua autonomia teria sido arquitetada pelo governo de

Francisco Solano López. Neste mesmo ponto de vista, o Império Britânico receava a influência paraguaia na América meridional, decidindo, conseqüentemente, pelo aniquilamento político e econômico do referido país. Doratioto assevera que:

Culpar a Grã-Bretanha pelo início do conflito satisfaz nas décadas de 1960 a 1980, a distintos interesses políticos. Para alguns, tratava-se de mostrar a possibilidade de construir na América Latina um modelo de desenvolvimento econômico não dependente, apontando como um precedente o Estado paraguaio dos López. Acabaram, por negar essa possibilidade, na medida em que apresentaram a potência central - a Grã-Bretanha - como onipotente, capaz de impor e dispor de países periféricos, de modo a destruir qualquer tentativa de não-dependência. Como resultado, o leitor desavisado, ou os estudantes que aprenderam por essa cartilha, podem ter concluído que a história de nosso continente não se faz ou não se pode fazer aqui, pois os países centrais tudo decidem inapelavelmente. Os latino-americanos, nessa perspectiva, deixam de ser o sujeito de sua própria história, ou, de outro modo, veem negado seu potencial de serem tais sujeitos. A visão maniqueísta e mistificadora de Solano López também interessava ao oficialismo paraguaio sob a ditadura de Stroessner. Solano López na condição de vítima de uma conspiração internacional, que proferiu morrer a ceder às pressões externas, conferiu um caráter épico para as origens do “coloradismo” (2002, p. 87).

Em toda a América meridional, a historiografia revisionista apresenta determinadas complexidades. Conforme Maestri, “todo processo de releitura das interpretações tradicionais e dominantes da chamada guerra do Paraguai também foi – e continua sendo – denominado de revisionista” (2013, p. 252). Ademais, de modo complacente, a historiografia revisionista contrapôs a historiografia tradicional que apontou de modo generalista, o governo e a postura de López frente às questões platinas como causas singulares da guerra.

Assim, a historiografia revisionista e contemporânea continua elencando e discutindo uma série de problemas relacionados à guerra da Tríplice Aliança, é uma historiografia “aberta”. Destarte, podem ser entendidas como causas fundamentais do conflito: os processos político-econômicos atrelados à formação dos países platinos, sobretudo, nas Repúblicas da Argentina e Paraguai; a importância econômica da navegação da bacia do Prata no século XIX; o estabelecimento dos limites políticos e tratados entre os países, principalmente, os tratados entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai em 1851; a intervenção armada do Império do Brasil no Uruguai a partir de outubro de 1864; a ofensiva militar paraguaia e, ainda, a ampla influência política das elites regionais no período em apreciação. Mesmo avaliando-se as tendências historiográficas, construir uma narrativa a propósito da História é algo essencial para compreendê-la, pois “[...] a questão importante é que toda história, mesmo a mais ‘sincrônica’ ou ‘estrutural’, há de ser posta em enredo de alguma maneira” (White,

1992, p. 23). Isto porque, todas estas questões só podem ser colocadas em relação para a melhor compreensão da História do conflito se incorporadas a uma narrativa, na qual, denomina-se por historiografia.

No entanto, a historiografia sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai ainda não esgotou de forma suficiente as diferentes discussões sobre as disposições políticas e ideológicas relacionadas ao evento, e diga-se de passagem, durante e após o mesmo, por exemplo: as disputas entre conservadores e liberais, no âmbito do Império do Brasil; unitaristas e federalistas, na Argentina; colorados e blancos, no Uruguai; e lopiztas, colorados e liberais no Paraguai, neste último caso, principalmente, após o término do conflito. Neste viés, é preciso julgar-se os posicionamentos político-ideológicos presentes nas narrativas revisionistas sobre a guerra e que foram sendo estabelecidas durante o andamento das ditaduras militares latino-americanas a cem anos do início do conflito. A respeito disso, os liberais paraguaios que foram contrários a ditadura stronista estiveram acuados pelo regime político em questão e necessitaram se recompor diante da falta de liberdade de expressão, especialmente, convencendo as suas publicações ao cenário para manterem-se na ativa. Mas, havia outro sentido para a corrente liberal na transcorrência do século XIX, sendo que o próprio Conde d'Eu era adépto às doutrinas liberais naquele diverso contexto. Deste modo, é indispensável que exista uma atenção em relação ao uso dos conceitos na historiografia. A propósito do Liberalismo, é importante destacar que para este conceito não há uma única definição semântica⁹, deste modo, ele precisa ser consecutivamente explicado e contextualizado quando empregado a uma determinada narrativa.

Uma narrativa, seja ela literária ou historiográfica, poderá influenciar o julgamento dos agentes históricos a respeito da historicidade de um determinado acontecimento. Entretanto, como já foi dito, toda a História precisa de um enredo e precisa ser posta em forma de narrativa como na literatura, a fim de, ser pensada e discutida. Assim sendo, conseqüentemente, transportará uma série de subjetividades. “A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas” (Ricoeur apud Le Goff, 1990, p. 21). Além disso, convalida o trabalho do historiador que deverá examinar estas subjetividades. Não obstante, a principal característica da ciência histórica não está no seu distanciamento da literatura e sim em sua proximidade. A proximidade é o que permite à História o desenvolvimento da sua autoridade e a sua diferenciação com as demais ciências, e aos historiadores o estabelecimento de uma identidade que tem a ver com a narração dos

fatos históricos. De tal modo, segundo Rancière:

A genialidade particular de Lucien Febvre foi ter compreendido intuitivamente o seguinte: a história somente poderia fazer uma revolução que fosse sua jogando com a ambivalência de seu nome, recusando na prática da língua a oposição entre ciência e literatura. Não era simplesmente o fato de poder conciliar os rigores de uma com os encantos de outra. Era, bem mais profundamente, o fato de que apenas a língua das histórias era capaz de marcar a cientificidade própria da ciência histórica: uma questão não retórica, conciliando a jovem ciência com os preconceitos dos velhos mestres e as regras da instituição, mas de poética, constituindo em língua de verdade a língua tão verdadeira quanto falsa das histórias (2014, p. 10-11).

Para discutir-se o emprego da historiografia em relação à historicidade é importante refletir-se a respeito da autoridade da primeira sob a segunda. Isto, no que se refere à condição política de uma narrativa historiográfica que estabelece julgamentos a respeito dos diferentes eventos históricos. Deste modo, os fatos somente poderão ser colocados à luz da verdade através do exame crítico de quaisquer fontes históricas, sobretudo, as fontes historiográficas. Isto, a fim de, verificar-se se uma determinada historiografia - enquanto narrativa histórico-política - está à altura de apresentar um conjunto de “palavras conscientes” sobre a História. Por conseguinte, realizar uma análise da historiografia é uma inquirição ética, porquanto para Marco Aurélio¹⁰ (2019), o imperador estoico de Roma, a política de uma maneira geral, deveria ser submetida à ética¹¹. Ademais, a análise ética da historiografia tende a produzir sempre consciência histórica, política e contemporânea¹². Conforme Rancière, “o inconsciente é apenas a falta desse saber da vida própria do ser vivo tomado pela palavra. E a morte é apenas outro nome desse não saber” (2014, p. 95). Deste modo, cabe ao historiador a partir da sua investigação e interpretação das fontes, produzir narrativas críticas e libertadoras com o escopo de elucidar e orientar a consciência histórica dos indivíduos através de palavras, portanto, da própria historiografia subordina a ética.

O material da construção historiadora ou, em outra análise, a historicidade, deveria estar resguardado das fábulas de opinião e dos artifícios dos literatos. Porém, como bem destacou Rancière, o material não é nada sem a arquitetura (Rancière, 2014). Neste caso, dentro de cada contexto histórico, considerando-se, ainda, as circunstâncias políticas e o pensamento dos historiadores, foram construídas diferentes narrativas sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e que podem ser abreviadas por: historiografia tradicional e historiografia revisionista.

Por conseguinte, é complexo desenvolver-se quaisquer discussão do ponto de vista historiográfico sem a produção de narrativas, porquanto, os debates acerca das visões historiográficas costumam ser dialéticos. Para Hegel, “a própria vida é dialética e, assim, outro não pode ser o modo do pensamento, senão baseado no conflito e na integração dos opostos” (Castilho, 2017, p.156). Logo, o conflito entre as correntes historiográficas que discorrem sobre a guerra ou adentro das divergências do próprio revisionismo em questão não encerram quaisquer discussões sobre o tema, mas a presença desta alteridade e complexidade na forma de narrar e discutir a História, com certeza a eleva à categoria de uma ciência crítica e amplia as possibilidades de compressão dos eventos históricos.

Para elucidar o pensamento revisionista, Alcalá (2016, p. 76) observa que “Después de la guerra, a causa de una deliberada distorsión de los hechos, se tildó a López de tirano y se le atribuyó la culpa de una contienda que él no había provocado; posteriormente, un justiciero revisionismo histórico ha reivindicado la memoria del Héroe”. Ainda que, López não fosse unanimemente um herói nem mesmo para os membros do seu governo.

En 1888, para escribir una historia de la Triple Alianza, el historiador argentino Estanislao Zeballos entrevistó a varios excombatientes. Aunque la obra quedó inconclusa, los borradores fueron rescatados por Liliana Brezzo, quien los publicó con el título de La Guerra del Paraguay en primera persona (Asunción: Tiempo de Historia. 2015). Los testimonios recogidos no apoyan la versión oficial de la guerra ni del generalísimo paraguayo. Caballero dice: un día vino un ayudante de López a decirle al general Caballero que le mandara un sargento de toda su confianza. El general Caballero lo mandó. El sargento regresó a la noche y en voz baja y tono misterioso, como hablaban todos, dijo: “General, acaba de suceder una cosa muy grande. ¿Y qué ha sucedido? El soldado, trémulo y aterrado, prosiguió: El coronel Aveiro acaba de azotar a la madre del mariscal. Yo he servido en el hecho. ¡Bueno! ¡Cállese! Cuidado con que vaya a decir una sola palabra, si no quiere ser fusilado.” Posteriormente, Caballero se encontró con el general Roa, frente a quien simuló no saber nada del incidente. Entonces Roa se lo contó y exclamó: “López, este hijo de una gran puta, acaba de mandar a Aveiro que le tome declaración a su madre y le ha hecho dar cincuenta azotes. El que manda castigar a la madre es capaz de hacernos fusilar a todos” (Alcalá, 2016, p. 80).

Na segunda metade do século XX, o revisionismo, assim como outras narrativas, esteve assentado na polarização político-ideológica. Uma parte da esquerda latinoamericana convencionou que a guerra havia sido causada por intermédio dos interesses do imperialismo britânico do século XIX. Embora, este pensamento também relaciona-se à oposição político-ideológica sobre a influência estadunidense nos governos autoritários que estavam em curso na América Latina naquele mesmo período. Do mesmo modo, no Paraguai, o general da extrema direita Alfredo Stroessner¹³ no governo entre os anos de 1954 e 1989, utilizou-se do

revisionismo em voga para exaltar o heroísmo de López e, por conseguinte, legitimar o seu autoritarismo espelhando-se no governante paraguaio do século XIX. Guido Alcalá (2016, p.16) destaca que “Los hombres de 1870 no compartían el revisionismo histórico de Alfredo Stroessner. A López, que había matado a sus hermanos y torturado a su madre, lo llamaban Nerón em la Asunción y em Buenos Aires”. Neste viés, encontrava-se a historiografia de Efraím Cardozo, que desbancava a representação de López pela ditadura stronista, mas que passava a analtecer o heroísmo do povo paraguaio. Assim, de qualquer modo, esteve inserida em um contexto político-nacionalista.

Por outro lado, a historiografia revisionista de Juan E. O’Leary (1879 – 1969) embora fundamental naquele período, consistia no embasamento das ações nacionalistas dos colorados paraguaios, sobretudo, durante a ditadura militar. Na obra “El libro de los heroes” de 1922, escreveu:

Y para dar cierto matiz de imparcialidad a la infame leyenda, se apeló al testimonio de los mismos sobrevivientes, haciendo suscribir por engaño o por fuerza largas declaraciones a los prisioneros de guerra que, sin saberlo, se condenaban a sí mismos y condenaban a su patria y al que acababa de ser la encarnación de nuestro derecho. ¡Y esta fue, hasta ayer, la única verdad! Pedro de Braganza tuvo la suerte de morir antes que se empezase a revisar el proceso de nuestra crucifixión. Mitre asistió ya al comienzo de la gran obra reparadora. Murió amargado, viendo alzarse en Buenos Aires la estatua de Alberdi, y después de escuchar las primeras imprecaciones del pueblo sacrificado. Pero Gastón de Orleans le toca presenciar el advenimiento del nuevo día, la gran aurora de nuestra glorificación! Anciano, octogenario, ve, desde su principesco retiro, en el aislamiento de una vida atormentada, el resurgir de los vencidos y el tardío triunfo de la justicia histórica. ¡Cuántas veces, en medio del horror de la conflagración *europaea* y en presencia de su patria invadida, no habrá pensado en el Paraguay! Alistado, a pesar de sus años, entre los defensores del derecho, con qué crueles remordimientos no habrá evocado aquellos días aciagos, en que sus manos se empaparan en sangre de inocentes. El incendio, el degüello, la devastación, el pillaje, no fueron extraños a su vida de guerrero (O’Leary, 1922, p. 474).

As principais obras de caráter revisionista-nacionalista de Juan O’Leary sobre a guerra foram publicadas no Paraguai entre os anos de 1920 e 1930, entre elas: *El Marsical Solano López* (1920); *El libro de los héroes* (1922); *El Paraguay en la unificación argentina* (1924); *El héroe del Paraguay* (1930); *Los legionarios* (1930); e *Apostolado patriótico* (1930). Com certeza o pensamento de O’Leary fundou as bases do revisionismo histórico paraguaio, apesar disso, a doutrina revisionista não adotava exclusivamente uma direção. No Paraguai desenvolveram-se duas percepções revisionistas sobre a guerra, ambas fundamentadas em princípios político-ideológicos e em algumas ocasiões, desprovidas de historicidade. Isto se

deveu a divisão política das elites paraguaias no pós-guerra e refletiu na disputa entre duas tendências que envolveram, de maneira especial, a historiografia revisionista: o regeneracionismo e o reconstruccionismo (Makaran, 2014). De acordo com Makaran:

El primero, representado por los liberales, pretendía borrar todo el pasado paraguayo al considerarlo bárbaro, premoderno y autoritario, y “regenerar” al país en una república liberal democrática y de libre mercado. El reconstruccionismo, por su parte, propio de las posturas nacionalistas, con el tiempo encarnadas por el Partido Colorado, proponía “reconstruir” el país con base en la época “dorada” del Dr. Francia y de los López (2014, p. 62).

Neste arrolamento histórico-político, desenvolveram-se os dois principais partidos políticos do Paraguai: o Partido Liberal e o Partido Colorado. Deste modo, Makaran (2014, p. 64) aponta que:

Las diferencias ideológicas entre los dos partidos se basaron originalmente en las siguientes dicotomías, las primeras características corresponden a los liberales y las segundas a los colorados: democracia liberal versus tendencia autoritaria; extranjerizantes y “legionarios” versus patriotas y nacionalistas; antilopistas versus lopistas; la élite versus el pueblo; rechazo al pasado y al legado guaraní versus recuperación del pasado y el “mito guaraní”; positivismo versus romanticismo, etcétera.

Neste escopo é possível compreender a relação entre a produção historiográfica e a política, uma influenciando a outra, constantemente. A leitura da história também é uma leitura política presente na historiografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver consciência a respeito das historiografias tradicional e revisionista sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai permite aos historiadores, sobretudo, aqueles que estão iniciando os seus estudos sobre o tema, perceberem a dinâmica das interpretações sobre o conflito e como estas interpretações são alocadas em um contexto histórico, temporal, espacial e político. Não é possível “fazer História” sem considerar os diversos pontos de vista historiográficos, pois, a teoria e a escrita da História estabelecem as bases para a observação criteriosa dos fatos e dos fenômenos históricos. A historiografia tradicional sobre o referido evento teve pautada nos relatos oficiais, nos diários e correspondências sobre os sucessos do conflito e, mais tarde, converteu-se em uma História oficial da guerra. De outro modo, a historiografia revisionista levantou novos questionamentos e apontou outras possibilidades de

leitura sobre as questões sobre a guerra e fronteira platina. A historiografia revisionista e crítica permanece aberta, contudo, em constante relação com a tradicional e com ela mesma, a fim de, exercer sempre a revisão dos pontos de vista da História e edificar pontes entre o passado e o presente.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO, Marco. **Meditações**. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.

ALCALÁ, Guido Rodríguez. **Imágenes de la guerra y del sistema**. 2016.

CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar a região sem perder-se no intento: Repasando e repensando a História Regional. **História Unisinos**, São Leopoldo, jan./abr. 2009, p. 196.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia do Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. 320 p.

D'EU, Conde. **Viagem militar ao rio Grande do Sul: agosto a novembro de 1865**. Com prefácio e 19 cartas do Príncipe Gastão de Orleans comentadas por Max Fleiuss. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

D'EU, Conde. **Diário do Conde D'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai**. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Impérios: 1875 – 1914**. 22. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MAESTRI, Mário. **A guerra no papel: história e historiografia da guerra do Paraguai (1864-1870)**. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

O'LEARY, Juan E. **El libro de los héroes**. Asunción: Librería La Mundial, 1922.

O'LEARY, Juan E. **El Mariscal Solano López**. 3. ed. Asunción: America, 1981.

CAMINHOS DO PAMPA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRETE

OURO PRETO, Visconde. **A Marinha d'outrora: subsídios para a história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: EXO Experimental; Editora 34, 2005b.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Argos, 2011c. p. 374. (Grandes Temas: 14).

SOARES, Rodrigo Goyena. Razões e sentidos do Conde d'Eu na Guerra do Paraguai. In: D'EU, Conde. **Diário do Conde D'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai**. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo, 1992.

WHITE, Richard Alan. **La primera revolución popular en América: Paraguay (1810–1840)**. Asunción, 1989.